

## AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS COMO SEQUELA DA COLONIZAÇÃO

Carolina Antunes Condé de Lima<sup>1</sup>  
Beatriz Paiva Fantinel<sup>2</sup>  
Nathalia Fernandes Pita<sup>3</sup>



Fonte: Cervantes (2012).

As Relações Internacionais (RI), enquanto disciplina, são baseadas em teorias e perspectivas que procuram entender o mundo e as interações estabelecidas entre os Estados e outros atores. Essa dinâmica *estadocêntrica* exclui discussões e acontecimentos nos âmbitos “domésticos” que, por vezes, impactam diretamente na maneira como os Estados se inserem e são inseridos no Sistema Internacional. Na tentativa de mudar essa divisão entre interno e externo típica das RI, as perspectivas pós-coloniais e decoloniais, inseridas no contexto do pós-positivismo, visam a transformação do *status quo* vigente e confrontam as teorias do *mainstream*.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP), pesquisadora do GEDES-UNESP e membro do Observatório de Conflitos do GEDES, bolsista CAPES. E-mail para contato: carolina.conde@unesp.br

<sup>2</sup> Graduanda em Relações Internacionais pela Unesp e membro do Observatório de Conflitos do GEDES. E-mail para contato: beatriz.fantinel@unesp.br

<sup>3</sup> Graduanda em Relações Internacionais pela Unesp e membro do Observatório de Conflitos do GEDES. E-mail para contato: nathalia.pita@unesp.br

Dentre as diversas críticas apresentadas pelas teorias pós-coloniais e decoloniais está a denúncia da construção do conhecimento feita por poucos, sendo esses poucos homens brancos, heteronormativos e ocidentais, o que os tornam privilegiados epistêmicos (GROSFOGUEL, 2016, p. 25). A produção desses privilegiados epistêmicos definiu, e ainda determina, a ordem vigente, a partir da reprodução acadêmica das universidades ocidentalizadas e modernas, bem como de suas visões e leituras de mundo. As RI, como produtos dessas universidades, foram geradas dentro dessa mesma lógica.

Antes das construções da academia e da disseminação de seus “conhecimentos”, há todo o movimento de colonização e de violência contra terras, corpos e saberes, que marcam a dinâmica do que seria criado pela episteme ocidental. Nesse sentido, as dimensões espaciais/temporais dos colonizadores foram aplicadas em outras localizações geográficas. Como exemplo nítido, o Sul Global, espaço-território fruto do processo de colonização, sofre desde o século XV com a interferência colonial: primeiro numa ordem de violência física, depois a partir da imposição de estruturas do conhecimento, epistemicamente racistas e sexistas, que se desenvolveram a partir do genocídio/epistemicídio dos sujeitos coloniais (GROSFOGUEL. 2016).

Dessa forma, as perspectivas pós-coloniais e decoloniais, ao se encontrarem fora do espaço de privilégio epistêmico e tomarem por base estudiosos e estudiosas considerados do Sul Global, denunciam as marcas deixadas pelos conflitos oriundos da colonização e anunciam a necessidade da decolonização do conhecimento e, conseqüentemente, a superação do “*apartheid* epistêmico” (GROSFOGUEL, 2016, p. 28). Dito isso, a partir da ideia de epistemicídios, o presente artigo tem como proposta apresentar leituras excluídas das RI para pensarmos atores e dinâmicas que podem contribuir para uma nova leitura sobre conflitos internacionais.

De acordo com Galtung (1969), conflitos podem ser vistos como casos extremos de incompatibilidade que podem, ou não, escalar para o uso de violências. Violência, por sua vez, que pode ser entendida como a “infligência deliberada de danos às pessoas” (KALYVAS, 2006, p. 19) e se dá de forma direta, indireta ou, nos termos de Galtung (1969), de forma direta, estrutural e cultural. Quando falamos de processos de colonização, é importante reconhecer que falamos da violência em todas as suas formas – em outras palavras, “seja intersubjetiva, seja institucional, organizada ou não, [ela] elimina e marginaliza narrativas, agências e corpos” (SILVA, 2021, p. 39).

Nessa perspectiva, Collins (2016), a partir da ideia de *outsider within*<sup>4</sup>, proporciona-nos a possibilidade de repensar os conflitos e as violências a partir daqueles que foram marginalizados. A ideia de *outsider within* trabalhada pela autora tem como referência a vivência de mulheres negras como *outsiders-insiders* (ver nota de rodapé 4) nas dinâmicas sociais das famílias brancas nos Estados Unidos. A inserção do grupo em questão ocorre como membros honorários dessas sociedades brancas, de forma que a relação é de *insider* e o *status* é de *outsiders within*, ou seja, “ao viver como vivíamos, na margem, acabamos desenvolvendo uma forma particular de ver a realidade” (HOOKS, 1984 *apud* COLLINS, 2016, p. 100). Além disso, Simmel (1921 *apud* COLLINS, 2016) contribui para a discussão ao dizer que as mulheres negras podem ser consideradas como “estrangeiras”<sup>5</sup>, conseguindo perceber padrões, diferentemente daqueles que estão imersos nas situações, e, dessa forma, conseguiriam desmistificar o poder branco.

Esta condição de “marginalidade” – isto é, de “*outsiders within* [...] pode[ndo] pertencer a um dos vários distintos grupos de intelectuais marginais cujos pontos de vista prometem enriquecer o discurso sociológico contemporâneo” (COLLINS, 2016, p. 101) –, contribuiu para o desenvolvimento de pautas do feminismo negro. Para tanto, Collins traz três temas chaves no pensamento feminista negro<sup>6</sup>: 1) o significado de autodefinição e autoavaliação; 2) a natureza interligada da opressão; 3) e, por fim, a importância da cultura de mulheres afro-americanas. Exploraremos a seguir os dois primeiros.

Em primeiro lugar, a autodefinição e autoavaliação são importantes por se mostrarem como um meio de “os outros” objetificados resistirem às situações de desumanização empregadas pelos sistemas de dominação e, em especial, para as mulheres afro-americanas rejeitarem a pressão psicológica internalizada. Ademais, tem-se os estereótipos no controle de grupos dominados, entendidos como “representação de imagens externamente definidas e controladoras da condição feminina afro-americana” (COLLIS, 2016, p. 103).

Frantz Fanon (1961) também escreve sobre a imagem do “outro”, sendo esta construída e difundida pelas visões dualista e maniqueísta, que acompanham as óticas positivistas. Assim, “às vezes esse maniqueísmo chega ao extremo de sua lógica e desumaniza o colonizado”, ou

---

<sup>4</sup> A autora expôs em seu artigo que “o termo *outsider within* não tem uma correspondência inquestionável em português [...]” (COLLINS, 2016, p. 99), contudo, para melhor compreender o termo, fazemos seu uso aqui no sentido de fazer referência a indivíduos que não participam de um grupo determinado mas que participam dele de dentro. Tendo como exemplo as mulheres negras que trabalhavam nas casas de brancos nos EUA, Collins (2016) faz referência justamente a este grupo – um que não faz parte da branquitude mas que vive dentro dela.

<sup>5</sup> “Intelectuais marginais”, segundo Mannheim (1954 *apud* COLLINS, 2016).

<sup>6</sup> Definido como “ideias produzidas por mulheres negras que elucidam um ponto de vista de e para mulheres negras” (COLLINS, 2016, p. 101).

seja, animaliza-o, de forma que a linguagem do colono, ao falar do colonizado, é zoológica (FANON, 1961, p. 38). Por conta disso, observa-se que o mundo colonizado de dominação é dividido em dois, sendo que essas duas partes se opõem e se excluem reciprocamente, além de serem “habitados por espécies diferentes” (FANON, 1961, p. 35).

De acordo com Selis e Souza (2021), Fanon realiza uma análise em sua totalidade e contradição da opressão racial, que atinge corpos e mentes, de forma a acreditar que a descolonização é sempre um fenômeno violento, caracterizado pelo encontro de duas forças antagônicas. Com isso, devido à condição colonial que subjuga os indivíduos política, econômica, cultural e corporalmente, tem-se que a contenção muscular e psíquica do “outro” se transforma em força latente, de modo a se tornar uma arma explosiva contra o opressor (SELIS; SOUZA, 2021, p. 64). Entretanto, essa força só se torna revolucionária por meio da luta armada – violência como ferramenta de emancipação –, condicionada pela edificação de um novo homem e de um pensamento inédito (FANON, 1961; SELIS; SOUZA, 2021).

A partir dessa edificação e associação com as ideias de autodefinição e autoavaliação, com o intuito de abordar o assunto sobre os indivíduos colonizados mais amplamente, seria possível observar a libertação psíquica e a perda do medo, as quais, no nível individual, “unifica[m] o *self* corrompido e reconfigura[m] sua humanidade” e, no nível coletivo, “unifica[m] a massa dispersa em corpo nacional” (SELIS; SOUZA, 2021, p. 62). A discussão passa para o internacional depois que se tem a libertação nacional, sendo que as passagens da particularidade nacional e do universalismo do internacional se mostram complementares e intencionados a superar as bases racistas do universalismo europeu.

Dessa forma, retornando ao pensamento anterior, o que Collins (2016, p. 103) expõe é que essa posição de *outsider within* permitiu o desenvolvimento do feminismo negro, potencializando a ascensão de formas de resistências “à opressão multifacetada que [as populações marginalizadas] vivenciam” e se transformando em “uma ameaça constante ao *status quo*”. Ao transpormos essa ideia para os marginalizados criados pelo colonialismo, temos que as perspectivas pós-colonial e decolonial, que visam a quebra do *mainstream* e das dinâmicas de poder, beneficiam-se dessa mesma lógica da autodefinição e da autoavaliação por buscarem romper com os processos de desumanização ao recuperar a humanidade daqueles que foram objetificados.

Em segundo lugar, Collins (2016) aponta que a base do pensamento feminista negro é constituído por questões de raça, gênero e opressão de classe e estão *interligadas*, sendo simultâneas e, por isso, devendo ser analisadas holisticamente. Em segundo lugar, Collins (2016) aponta que a base do pensamento feminista negro é constituída por questões de raça,



gênero e opressão de classe e estão *interligadas*, sendo simultâneas e, por isso, devendo ser analisadas holisticamente. Sendo assim, o que a autora propõe é que se abandone o pensamento binário, que categoriza e hierarquiza opressões para que se adote uma análise que equaliza e equipara tudo e todos – o que ela chama de *natureza interligada da opressão*. Agora, com o novo tipo de investigação de base holística, o objetivo passa a ser determinar quais são os elos que compõem os sistemas opressivos. Além disso, implícita nessa natureza interligada, existe a sugestão de uma perspectiva alternativa humanista para a organização da sociedade (COLLINS, 2016, p. 109), visando desenvolver interpretações teóricas das próprias interações em si.

Levando em conta as contribuições supracitadas, é possível vincular a colonialidade, entendida como consequência da colonização, com a ideia de conflito apresentada por Galtung (1969). Isso posto, os processos de descolonização, por representarem casos de extrema incompatibilidade, podem ser compreendidos como sendo um conflito cujo processo de violência busca pôr fim às violências diretas, estruturais e culturais. A partir disso, é necessário analisá-lo holisticamente com o intuito de que todas as suas variáveis, raça, gênero, sexualidade e classe social, sejam relacionadas com o todo, evitando, assim, a visão dualística que molda o sistema internacional e, portanto, os conflitos.

Como abordado anteriormente, existe uma visão de mundo que foi construída por poucos e foi violentamente imposta via colonização. Essa visão de mundo contribuiu para a construção e reafirmação de estereótipos que presumem o conhecimento sobre povos, culturas, religiões, estruturas sociais, além da imposição de um modo de viver. Assim, este processo de universalização da história e das visões de mundo precisa ser abordado a partir das relações de poder que legitimam o caráter universal de contá-la. Essa única versão, acaba por roubar a dignidade do “outro”, que tem sua história silenciada, e impõe os padrões de saber e de experienciar o mundo, criminalizando o que é diferente (ADICHIE, 2019).

As consequências desse contar histórico único são sentidas também nas RI. Silva (2021, p. 38) fala sobre o poder e de como a disciplina das RI constrói seu entendimento de poder com base nas hierarquias raciais, sendo a “branquitude patriarcal euro-estadunidense” o sujeito norteador, organizador e normatizador da disciplina. Dessa forma, o racismo, temática que será melhor desenvolvida adiante, é parte intrínseca da ontologia e da construção de saber da disciplina, apesar de não ser colocado em discussão como categoria analítica.

Dessa forma, legitima-se o reconhecimento do sofrimento humano de acordo com a raça, termo que foi construído propositalmente pelo branco para inferiorizar o não branco. Como foi apontado por Quijano (2000), essa questão das diferenças de raça, apesar de ter

origem e caráter colonial, é mais duradoura e estável que o próprio colonialismo, de forma que ainda se observa o olhar predominantemente eurocêntrico em todos os aspectos sociais, culturais e econômicos nos territórios das antigas colônias. Esse privilégio de determinados povos sobre outros implica em um comportamento de alienação que é imposto, padronizado e direcionado socialmente pelo saber ocidental, bem como não permite o protagonismo dos marginalizados, tornando-os irrelevantes e esquecíveis nas análises e abordagens *mainstream* das RI.

Em função disso, torna-se imprescindível observar as dinâmicas históricas de colonização, conflito, violência e dominação dos europeus nas Américas, Ásia e África, para entender que a construção de hierarquias entre as civilizações durante a colonização (que permanecem até hoje) são determinantes para o conhecimento das dinâmicas das relações entre Estados. Pode-se afirmar que “a presença do outro me impede de ser totalmente eu mesmo. A relação não surge de identidades plenas, mas da impossibilidade da constituição das mesmas” (LACLAU, MOUFFE, 1985 *apud* BALLESTRIN, 2013 p. 91).

De acordo com Fanon (1961), pode-se afirmar que aqueles que são caracterizados como “inferiores” são marginalizados pela hierarquia cultural e hegemonia internacional, de forma que o *humanitarismo é seletivo* e exclui povos que foram e ainda são oprimidos pelo sistema, com o intuito de que a identidade nacional de poucos prevaleça. Logo, há um direcionamento de um pensamento xenófobo, racista e liberalista que é legitimado politicamente para validar os interesses das grandes potências.

Com a justificativa de levar desenvolvimento e progresso às suas colônias, o homem branco europeu acaba por dissimular suas ações: com a desapropriação de terras, roubo, extrativismo, genocídios e epistemicídios praticados pelo processo colonial, gerando mazelas existentes na atualidade, afirma que está apenas a cumprir seu “fardo”<sup>7</sup>. A branquitude, de acordo com Bento (2014 *apud* VILELA, 2020, p. 24), faz parte de uma construção social e histórica que trouxe legitimidade para a comunidade branca excluir e negar a realidade daqueles que não lhe interessam. De tal modo, sistematicamente, essas pessoas se colocaram no lugar de privilegiados acerca do acesso a recursos materiais e simbólicos, concebidos, mantidos e preservados pelo colonialismo e imperialismo. Com isso, a branquitude acaba sendo uma eterna perpetradora de conflitos e violências que atingem grupos racializados e empobrecidos.

O processo de colonização cria a personagem do *outsider within*, ou seja, como colocado por Collins (2016), a invisibilização dos marginalizados permite que se estude e se

---

<sup>7</sup> Referência ao poema “O Fardo do Homem Branco”, de Rudyard Kipling.

viva por dentro os sistemas de opressão e não apenas suas consequências. Isso possibilita uma melhor compreensão dos conflitos e das violências vividas, que apontam para a necessidade de uma abordagem holística para entender as relações de poder por trás das intenções sociais e, como colocado ao longo do texto, internacionais.

O que temos, portanto, é que vivemos sob o estigma da história única (ADICHIE, 2019; COLLINS, 2016) e do *apartheid* epistêmico (GROSGOUEL, 2016): as relações de poder impostas pelos processos de racialização dos povos não brancos durante a colonização contribuíram para a formação e legitimação de uma história universalista. A hierarquia racial que surge neste período se perpetua e acaba por se estabelecer como elemento normatizador das Relações Internacionais como um todo (SILVA, 2021), criando um grupo de marginalizados na disciplina.

De tal modo, o padrão de dominação construído utiliza-se da raça como um instrumento de dominação social para silenciar as interpretações alternativas que fujam da análise eurocêntrica. Logo, as investigações no campo das RI são alienadas e marginalizadas. A partir desse quadro, faz-se necessário compreender que a branquitude funciona como uma estrutura de poder, na qual, legitima sua existência e nega a do outro. Sankaran Krishna (2006) aponta que existe no campo das RI uma política de esquecimento como estratégia de excluir e marginalizar outras narrativas do mundo. Assim, a alienação do conhecimento apoia-se nas categorias mais fundamentais desse campo, como os conceitos de Estado, soberania, sociedade, no qual, são instituídos inconscientemente pela raça.

Em função disso, apontamos para a importância de buscarmos um olhar diferente daquele reproduzido por homens brancos, heteronormativos e ocidentais que, de acordo com Grosfoguel (2016), estão ditando as regras do conhecimento desde o longo século XVI. É com o intuito de ter as RI sendo conduzidas por novos pontos de partida que apresentamos uma tentativa de questionar, a partir da pós-colonialidade e da decolonialidade, os conflitos. Portanto, torna-se necessário entender quais os elos que compõem os sistemas opressivos que foram responsáveis pela desumanização de povos racializados, que tiveram a violência contra si justificada pela ideia de uma missão civilizatória dada por “Deus” aos homens brancos.

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Brasil: Companhia das Letras, 2019.

BALLESTRIN, Luciana. América latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 11, p. 89-117, 2013.

CERVANTES, Eduardo. Imagem. Colonialismo-Injusto.jpg, **Wikimedia Commons**, 2013. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Colonialismo-Injusto.jpg>. Acesso em: 08 de dez. de 2022.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1. 2016.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Lisboa: Editora Ulisseia limitada Tradução de SERAFIM FERREIRA, Transcrição: João Filipe Freitas, 1961.

GALTUNG, Johan. Violence, Peace and Peace Research. **Journal of Peace Research**. v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, janeiro/abril 2016.

KALYVAS, Stathis. **The Logic of Violence in Civil War**. Cambridge Studies in Comparative Politics. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

KIPLING, Rudyard. **O fardo do homem branco**. 1899. Disponível em: [https://pt.wikisource.org/wiki/O\\_fardo\\_do\\_Homem\\_Branco](https://pt.wikisource.org/wiki/O_fardo_do_Homem_Branco).

KRISHNA, Sankaran. Race, amnesia, and the education of international relations. In: JONES, B. G. **Decolonizing International Relation**. Maryland: Rowman & Littlefield, 2006.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (ed.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005, p. 117-142.

SELIS, Lara Martim Rodrigues; SOUZA, Natália Félix de. Resistência Política e (im)possibilidades da liberdade entre Franz Fanon e Ashis Nandy. In: TOLEDO, Aureo (org.). **Perspectivas Pós-coloniais e Decoloniais em Relações Internacionais**. Salvador: Edufba, 2021, p. 57-81.

SILVA, Karine de Souza. “Esse silêncio todo me atordoia”: a surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas Relações Internacionais. **Revista de Informação Legislativa: RIL**, v. 58, n. 229, p. 37-55, jan./mar. 2021. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril\\_v58\\_n229\\_p37](https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril_v58_n229_p37). Acesso em: 19 de out. de 2022.

VILELA, Ananda. **Epistemicídio e a academia de Relações Internacionais: o Projeto UNESCO e o pensamento afrodiáspórico sobre o Brasil e seu lugar no mundo**. Dissertação (Mestrado) - Relações Internacionais, PUC-Rio, Rio de Janeiro, p. 75. 2020.